

A Doutrina Militar como pilar do autoritarismo na República de Segurança Nacional

Maria Eduarda FERNANDES DANTAS¹

LENTZ, Rodrigo. **República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

A presente resenha tem como objetivo analisar criticamente a obra *República de Segurança Nacional: militares e política no Brasil*, escrita por Rodrigo Lentz e publicada em 2022 pelas editoras *Expressão Popular* e *Fundação Rosa Luxemburgo*. Essa obra oferece uma interpretação histórica e política da permanência das Forças Armadas no centro do poder no Brasil, defendendo a tese de que os militares nunca deixaram de exercer influência direta sobre o Estado, mesmo em períodos considerados democráticos. Com base em vasta documentação institucional, especialmente os manuais da Escola Superior de Guerra (ESG), Lentz reconstrói a trajetória da Doutrina de Segurança Nacional e sua atualização ao longo do século XX, propondo o conceito de “República de Segurança Nacional” como forma duradoura de tutela militar sobre as instituições civis. Esta resenha se propõe a discutir os principais argumentos da obra, examinar suas contribuições teóricas e metodológicas, e refletir sobre seus limites interpretativos. O texto é voltado a estudantes de graduação e pós-graduação em História, Ciência Política, Sociologia e áreas afins, bem como a pesquisadores,

¹Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Feira de Santana. BA. Brasil. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4217179631164682>. E-mail: mariadantasuefs@gmail.com.

professores e demais leitores interessados nos debates sobre autoritarismo, tutela militar, democracia e cultura política no Brasil contemporâneo.

Com efeito, compreender a força analítica da obra exige situá-la no contexto político recente, no qual os temas por ela abordados se tornaram centrais para o debate público e acadêmico. Tal centralidade decorre, em grande medida, do fato de que, nas últimas décadas — especialmente a partir do governo Bolsonaro — a ampliação da presença das Forças Armadas na vida política brasileira deixou de ser um movimento velado e assumiu formas institucionalizadas e ostensivas. É nesse contexto que se insere *República de Segurança Nacional*, obra de Rodrigo Lentz que busca compreender as raízes históricas, ideológicas e institucionais da permanência militar no núcleo do poder civil. Em vez de tratar a ascensão militar pós-2018 como um retorno excepcional, o autor argumenta que os militares jamais deixaram de exercer influência sobre os rumos do Estado, reinventando-se como tutores da ordem mesmo em contextos formalmente democráticos.

A contundência dessa interpretação está diretamente relacionada ao percurso intelectual de seu autor. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília (UnB) e integrante do grupo de pesquisa Democracia e Sociedade, Lentz tem se dedicado a investigar criticamente as interfaces entre militarismo, autoritarismo e democracia no Brasil contemporâneo. Sua escrita combina densidade analítica com intervenção pública, o que se evidencia nesta obra publicada pela coleção *Emergências da Expressão Popular e Fundação Rosa Luxemburgo*. Ao longo do livro, Lentz tensiona os limites do discurso liberal-democrático ao mostrar como a tutela militar, longe de ser resquício do passado, forma uma das bases estruturantes da chamada Nova República.

O primeiro capítulo da obra constitui um dos alicerces mais relevantes para a tese central desenvolvida em *República de Segurança Nacional*. Nele, Lentz revisita o século XIX e examina como a formação da organização militar se deu em diálogo estreito com o processo de transição da monarquia à república, evidenciando a progressiva consolidação dos militares como atores centrais da vida política. Lentz mobiliza autores fundamentais para o estudo da relação entre militares e política, como Nelson Werneck Sodré, que sistematizou a análise do papel histórico das Forças Armadas na conformação do Estado nacional, inaugurando uma linha de investigação

instrumental que marcou a historiografia marxista brasileira; e Oliveiros Ferreira, cuja obra problematizou a constituição do chamado “partido fardado”, destacando a organicidade da presença castrense na cena política. Esse diálogo com intérpretes clássicos confere densidade teórica ao argumento e reforça a hipótese de que a presença militar não deve ser lida como excepcionalidade, mas como dimensão estrutural e constitutiva do Estado brasileiro.

Para sustentar essa leitura, o autor constrói uma narrativa historicamente densa, tendo como eixo analítico a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), formulada e reformulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) ao longo do século XX. Com base em vasta documentação institucional — especialmente os manuais da ESG entre 1974 e 2016 —, Lentz traça o percurso da politização das Forças Armadas desde a Independência até os governos recentes, evidenciando a persistência da influência castrense no centro do poder civil. O livro, dividido em sete capítulos, organiza-se em torno de quatro “gerações” da segurança nacional e propõe uma tese provocadora: a militarização da política brasileira não é um acidente histórico ou uma recaída autoritária, mas uma característica estrutural do Estado desde a Primeira República.

Ao longo dos capítulos subsequentes, Lentz se debruça sobre o desenvolvimento e as mutações da Doutrina de Segurança Nacional (DSN), que atravessam quase todo o século XX e constituem o fio condutor de sua análise estrutural. O autor demonstra como, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, a DSN foi progressivamente se consolidando como racionalidade política das Forças Armadas, articulando o binômio desenvolvimento-segurança e posicionando a corporação como guardião de um projeto nacional autoritário e elitista. Esse processo atinge seu ápice durante a ditadura militar (1964–1985), quando a doutrina se torna não apenas justificativa de poder, mas matriz organizadora do Estado. É nesse momento que se associa de forma explícita à concepção de Guerra Revolucionária, um referencial estratégico internacional que formaliza o combate ao chamado “inimigo interno”, transformando setores da própria sociedade civil em alvo prioritário da repressão estatal. Essa reconfiguração é decisiva: ao expandir a noção de segurança para além das fronteiras militares tradicionais, a DSN institucionaliza a ideia de que a ordem social deve ser permanentemente tutelada pelos militares, mesmo em contextos formalmente democráticos.

Essa perspectiva é aprofundada na formulação do conceito de “República de Segurança Nacional”, entendido não apenas como regime autoritário, mas como forma permanente de Estado alicerçada na tutela militar sobre instituições civis. O primeiro capítulo revisita o século XIX, examinando a formação da organização militar e a transição da monarquia à república, processo no qual se consolida a presença militar na vida pública. Os capítulos centrais, por sua vez, se concentram nas quatro gerações da segurança nacional: (1) a ditadura de segurança nacional (1930–1946), (2) a democracia de segurança nacional (1946–1964), (3) a ditadura militar-civil (1964–1985), e (4) o novo ciclo de intervenção militar (1985 em diante). Ao longo dessas fases, o autor demonstra como os militares desenvolveram um ethos organizacional autônomo e ideológico, legitimado socialmente e capaz de operar como poder moderador informal.

Assim, a leitura dos capítulos centrais da obra mostra que a contribuição de Lentz ultrapassa a descrição de momentos históricos e atinge um patamar analítico mais profundo: ele revela como a DSN opera como uma linguagem política de longa duração, constantemente atualizada e adaptada, mas sempre orientada pela mesma lógica de tutela militar sobre a vida civil. A atenção ao modo como essa doutrina foi reelaborada em diferentes conjunturas — do Estado Novo à redemocratização, passando pela ditadura — permite compreender o caráter estrutural da militarização da política brasileira e ilumina a permanência de dispositivos autoritários até o presente.

Nesse processo, a Escola Superior de Guerra (ESG) é apresentada como mais do que uma escola de formação: trata-se de um centro produtor de uma racionalidade política autoritária, tecnocrática e elitista. A doutrina da segurança nacional, segundo Lentz, é constantemente atualizada para responder a ameaças conjunturais — como o anticomunismo, a criminalidade, a desordem social e os “inimigos difusos” —, mas preserva como núcleo a defesa da ordem civil sob tutela militar. Assim, a doutrina não apenas justifica intervenções excepcionais: ela estrutura visões de mundo, forma subjetividades e orienta a ocupação de espaços institucionais estratégicos pelas Forças Armadas.

Nos capítulos dedicados ao bolsonarismo, Lentz argumenta que o governo iniciado em 2019 não representa uma ruptura, mas sim a culminância de um processo de reabilitação institucional e simbólica dos militares que remonta ao segundo governo

Lula. Esse processo incluiu a crescente ocupação de cargos civis por militares da ativa; a revalorização da memória da ditadura; e a difusão, entre setores da sociedade, da ideia de que o artigo 142 da Constituição autoriza uma espécie de poder moderador castrense.

A principal contribuição de *República de Segurança Nacional* reside em sua capacidade de apreender o fenômeno militar em sua totalidade, recusando leituras episódicas que restringem a presença das Forças Armadas a momentos de ruptura institucional ou golpes de Estado. Ao historicizar a formação da organização militar desde o século XIX, acompanhar as mutações da Doutrina de Segurança Nacional ao longo do século XX e examinar sua atualização recente no contexto do bolsonarismo, Lentz demonstra que a tutela castrense constitui uma dimensão estrutural do Estado brasileiro. Essa abordagem de longa duração, sustentada por documentação robusta e por um diálogo crítico com a tradição historiográfica e politológica, permite compreender a militarização não como anomalia, mas como elemento constitutivo da vida política nacional. Trata-se, portanto, de uma interpretação que desloca o foco do evento para a estrutura, revelando como os militares se legitimaram historicamente como poder moderador e consolidaram uma posição permanente no núcleo do poder civil.

Entre os méritos mais significativos da obra está o resgate da ESG como núcleo orgânico de formulação do pensamento político-militar no Brasil. Lentz mostra que a doutrina ali desenvolvida ultrapassa o campo da defesa nacional, constituindo uma concepção autoritária e excludente de sociedade, economia e Estado. Ao situar essa doutrina como eixo da permanência militar no poder, o autor se distancia de explicações conjunturais ou personalistas, oferecendo uma interpretação estrutural de longa duração. Nesse sentido, sua crítica à separação estanque entre ditadura e democracia é particularmente incisiva: ao rejeitar 1985 como marco de ruptura, ele propõe uma leitura de continuidade autoritária, marcada pela manutenção de dispositivos herdados — como a legislação de exceção, a militarização da segurança pública e a autonomia institucional das Forças Armadas.

Outro aspecto de destaque é a articulação entre cultura política militar e dominação de classe. Ao demonstrar que a tutela militar opera não apenas para proteger instituições, mas para garantir uma determinada ordem social, o autor reposiciona as

Forças Armadas como agentes ativos da reprodução das desigualdades sociais, raciais e políticas. Com isso, a obra se aproxima de uma crítica social mais ampla, em sintonia com debates contemporâneos sobre elitismo, violência de Estado e autoritarismo neoliberal.

Dessa forma, *República de Segurança Nacional* representa uma inflexão analítica essencial para o debate sobre democracia e autoritarismo no Brasil. Ao deslocar o foco do golpe como evento para o militarismo como estrutura duradoura, a obra questiona a visão liberal que reduz a democracia à realização de eleições periódicas. A crítica ao fetiche civilista — recorrente no imaginário político brasileiro — ultrapassa a denúncia de falhas institucionais e incide sobre a própria arquitetura do Estado, historicamente moldada para acomodar a tutela militar. Trata-se de uma denúncia poderosa, especialmente num momento em que segmentos da sociedade civil ainda romantizam os militares como garantidores da estabilidade.

Portanto, *República de Segurança Nacional* é, em suma, uma obra incontornável para compreender os fundamentos históricos e ideológicos da presença militar no centro da política brasileira. Ao historicizar a Doutrina de Segurança Nacional e demonstrar sua capacidade de atualização, Rodrigo Lentz desmonta a ilusão do “retorno” militar e explicita as continuidades autoritárias da chamada Nova República. A centralidade do enfoque institucional e doutrinário não constitui uma limitação, mas sim sua principal força analítica. A obra não é um ponto de chegada, mas um marco necessário em um campo que exige ser aprofundado, radicalizado e conectado a outras experiências sociais. Nesse sentido, contribui de modo decisivo para o projeto de desnaturalizar a tutela militar e reivindicar a política como um espaço genuinamente civil, plural e democrático.



Os direitos de licenciamento utilizados pela Revista Histórias Públicas é a licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 21/07/2025
Aprovado em: 03/10/2025